

Peter BROWN, *Poverty and Leadership in the Later Roman Empire*. Hanover e Londres: University Press of New England, 2002, xii + 160 pp. (The Menahem Stern Jerusalem Lectures.) ISBN 1-58465-146-6, pbk., US\$ 15,95.

Júlio César Magalhães de Oliveira*

Peter Brown, professor de História na Universidade de Princeton e um dos mais importantes estudiosos da Antigüidade Tardia, revisita neste livro um dos temas que sua própria obra contribuiu para definir como uma das transformações cruciais na história do período: a emergência de uma nova compreensão da sociedade em moldes cristãos, fundamentada numa linguagem da pobreza. Trata-se da publicação de uma série de conferências apresentadas em Jerusalém e patrocinadas pela Historical Society of Israel, em maio de 2000. O resultado conserva o caráter de um ensaio que, como tal, tem o propósito de sugerir idéias para um debate. Sem abandonar a erudição que lhe é característica e o recurso às fontes antigas, não apenas gregas e latinas, mas também hebraicas, siríacas e coptas, seu texto é antes de tudo uma reflexão e um desafio.

Poverty and Leadership não é, paradoxalmente, um livro sobre a pobreza, mas, como define o autor, um estudo sobre “as implicações sociais e religiosas de uma revolução no imaginário social que acompanha a ascensão e o estabelecimento da Igreja cristã no Império Romano durante a Antigüidade Tardia” (p. 1). Essa mudança, apresentada em termos de uma transformação na “auto-imagem” da sociedade, é a transição de um modelo de sociedade, no qual os pobres são amplamente invisíveis, para um outro, no

* Bolsista do governo brasileiro (CAPES) na Universidade de Paris X – Nanterre, França.
E-mail: jcmagalhaesoliveira@yahoo.com.br

qual eles passam a ter um papel imaginativo essencial (p. 75). Brown retoma, portanto, o tema da transição do modelo cívico para o modelo cristão das relações sociais, postulado anteriormente nos trabalhos de Hendrik Bolkenstein, Paul Veyne e Évelyne Patlagean. Mas, ao contrário de seus predecessores, Brown associa essa transformação exclusivamente à ação e ao discurso das lideranças cristãs, ao longo dos séculos IV, V e VI. O “cuidado dos pobres”, portanto, afirma o autor, não é uma conseqüência natural e inevitável do processo de cristianização, nem tampouco deve ser visto como apenas um sintoma de uma transformação na estrutura da sociedade. Para Brown, o discurso sobre a pobreza deve ser relacionado antes de tudo ao engajamento das lideranças cristãs em novas formas de exercício do poder que vão produzir essa mudança. Ou seja, para usar sua expressão mais provocativa, “em um certo sentido, foram os bispos cristãos que inventaram os pobres” (p. 8).

O primeiro capítulo, “‘Lover of the Poor’: the Creation of a Public Virtue” (pp. 1-44), pretende demonstrar como o “cuidado dos pobres” se torna uma “virtude pública”, graças à ação dos bispos. A idéia de que “os pobres” são objeto da responsabilidade de toda a sociedade é apresentada como uma inovação do século IV, paralela à elaboração da imagem pública do bispo como um *amator pauperum*, “aquele que ama os pobres”. Brown é realmente preciso ao identificar uma alteração na escala da caridade cristã, na natureza de suas instituições e no seu significado após a conversão de Constantino em 312. De fato, da caridade voltada apenas para o interior de uma comunidade cristã ainda minoritária, passa-se, no século IV, a uma prática e a um discurso que se voltam para o exterior, para a sociedade como um todo. Menos evidente, entretanto, do que essa importante constatação é sua interpretação das motivações subjacentes à conduta das lideranças eclesiásticas. Assim, ao recusar a essa transformação toda e qualquer explicação sociológica externa, Brown conclui que os bispos promovem a imagem dos pobres como objeto de um cuidado especial e apresentam a sua própria caridade como um “serviço público” prestado ao Império apenas para justificarem os privilégios e imunidades recebidos pela Igreja.

A relação entre a construção da imagem do bispo como *amator pauperum* e sua ascensão como nova liderança urbana é elaborada no capítulo seguinte, “‘Governor of the Poor’: the Bishops and their Cities” (pp. 45-73). Segundo o autor, o que permite aos bispos cristãos conquistarem a posição de líderes locais é o fato de poderem se apresentar como os porta-

vozes dos “pobres”. Entretanto, como Brown se empenha em demonstrar, esses “pobres” com os quais o bispo se relaciona, aos quais protege e pelos quais intercede são muito mais do que apenas os mais miseráveis mendigos. São todos os vulneráveis da sociedade urbana aos riscos do empobrecimento. Apesar disso, Brown insiste em dissociar essa relação de qualquer mudança significativa na sociedade, sobretudo de um aumento da pobreza real e sem precedentes. A emergência dos bispos como “governadores dos pobres” significa apenas um novo estilo de liderança, com suas novas formas do exercício da proteção e da apresentação de apelos. Os historiadores que descreveram a sociedade romana do Império Tardio em termos de uma polarização social entre “ricos” e “pobres” teriam sido, portanto, mistificados pelo discurso elaborado pelos bispos, clérigos e monges para expressar os clamores dos pobres. É esse discurso, fundamentado numa linguagem derivada das Escrituras hebraicas, e não um processo social real, que cria a imagem de uma sociedade profundamente dividida entre ricos e pobres, na qual os pobres clamam aos ricos não apenas por esmolas, mas também por proteção e justiça.

No terceiro e último capítulo, “‘Condescension’: Poverty and Solidarity in the Eastern Empire” (pp. 74-112), Brown pretende demonstrar como esse discurso, tendo impregnado a sociedade romana entre o século IV e a primeira metade do século V, tornar-se-ia um elemento essencial da coesão do Império do Oriente, ao longo dos séculos V e VI. Pois este discurso que apelava para a “condescendência” dos ricos e poderosos para com todos os que clamam das profundezas do abismo social seria também uma linguagem capaz de expressar os anseios de superação das distâncias sociais, inicialmente entre ricos e pobres, poderosos e humildes, mas, finalmente, também entre o Imperador e seus súditos. Ao estruturarem seu pensamento e sua pregação sobre a pobreza a partir da mística da presença do Cristo na humanidade, em geral, e nos pobres, em particular, os bispos cristãos teriam criado, pela metade do século V, uma nova linguagem da solidariedade. Essa linguagem teria uma importância significativa na nova situação política e social do Império Romano do Oriente que substituiria o ideal de uma “comunidade de cidades”, ao contrapor à verticalização e centralização da sociedade imperial a esperança de uma maior proximidade e coesão social. Com inegável originalidade, Brown procura mostrar como esses anseios se expressariam não somente na relação entre o Imperador e a sociedade, mas também entre Deus e a humanidade, e, assim, relaciona os processos parale-

los da construção da imagem do soberano e da controvérsia cristológica. No final, as disputas religiosas pela definição da natureza do Cristo manifestariam o quanto a imagem ideal das relações sociais criada pelos bispos fora absorvida pela sociedade. O engajamento popular na controvérsia, dessa forma, se basearia no modo como os cristãos orientais entenderiam a adequação de cada formulação cristológica (nestoriana, monofisita, calcedoniana) a essa visão da sociedade partilhada por todos: “Os habitantes cristãos do Império do Oriente tinham desenvolvido uma aguda sensibilidade para o que constituiria uma sociedade ‘horrrível’. Esta seria uma [sociedade] na qual o ‘grito do pobre’ não seria escutado, em que os bispos não seriam ouvidos, em que os apelos aos laços comuns de uma carne e uma crença compartilhadas não seriam reconhecidos e em que um fosso tão vasto e vazio quanto o céu separaria o humilde do poderoso.” (p. 108)

Brown desenvolve, portanto, uma abordagem essencialmente culturalista, na qual o “discurso” é independente das transformações sociais exteriores e em que a “cultura” é entendida como *mentalité*, imaginário social, numa visão normativa, holística e consensual bem expressa no seu propósito de explicitar uma mudança no modo como a sociedade “via-se a si mesma”. Como Paul Veyne já escrevia a seu respeito há vinte anos, no prefácio de uma de suas primeiras obras traduzidas para o francês, “o que ele mostra é a invenção de novos ‘discursos’, de novos ‘pressupostos’”. Brown, certamente, não dissocia esses discursos de seus autores e a transformação cultural que ele analisa tem, de fato, os seus “agentes da mudança” (p. 8). Mas, nesta interpretação, o agenciamento só pertence às lideranças. Uma visão tradicional da sociedade é suplantada por uma nova elaboração das lideranças cristãs. Difundida a partir da Igreja, essa nova visão das relações sociais vai “tingir” (p. 97) toda a sociedade. Ao final do processo, um discurso elaborado por um grupo específico de líderes eclesiásticos se torna a visão de toda uma sociedade.

Nesse contexto, qual é a relação entre “pobreza e liderança no Império Romano Tardio”? A “pobreza” não é uma condição de possibilidade capaz de explicar o sucesso do discurso eclesiástico. Ela mesma é uma construção discursiva elaborada pelas lideranças cristãs. Qual, então, o papel dos “pobres” na ascensão dessa nova liderança? Nenhum, ou muito pouco. Sim, os bispos devem sua liderança ao fato de poderem se apresentar como os porta-vozes dos pobres, mas essa representatividade não é apresentada como consequência de um processo; ela é, de certo modo, naturalizada. Mesmo

considerando a ascensão dos líderes cristãos num contexto de competição com as elites tradicionais (pp. 84 e 90-1), mesmo reconhecendo que muitos bispos se empenharam em dar à sua caridade o máximo de publicidade (pp. 39-44), para Brown, essa propaganda não é dirigida aos “pobres” e a competição não é pelo apoio popular, mas pela atenção do imperador e das autoridades imperiais.

Uma maior consideração para com as transformações sociais “reais” e para com a diversidade dos pontos de vista num dado contexto cultural permitiria perceber como um mesmo discurso sobre a pobreza pode ser reinterpretado e utilizado pelos próprios “pobres” a partir de sua experiência da vida material. Na verdade, a própria documentação analisada por Brown no segundo capítulo, sobretudo as cartas e sermões de Santo Agostinho (pp. 63-6), mostra como indivíduos e grupos subalternos seguem suas próprias estratégias, entendendo o discurso e a prática da caridade segundo seus próprios interesses. No contexto de sua argumentação, entretanto, não é o discurso sobre a pobreza que é adaptado por esses grupos vulneráveis; antes, são eles que se adaptam ao discurso proposto. Pois o que Brown apresenta é um discurso que se difunde, tinge, impregna e é absorvido passivamente pela sociedade; não é um discurso que busca convencer, engajar e que é reinterpretado ativamente.

Poverty and Leadership é, contudo, um livro indispensável e seu caráter ensaístico e desafiador não é o menor de seus méritos. Brown nos convida a repensar um processo muitas vezes assumido como natural, chama a atenção para o agenciamento humano nesse processo e possibilita uma reflexão estimulante sobre diversos modelos interpretativos. Ainda que discordemos de sua recusa de toda explicação social dos fenômenos culturais, há boas razões para saudarmos suas críticas às interpretações “sociológicas” de muitos de seus predecessores e, em especial, não é necessário defender de seus ataques a explicação demográfica e quase malthusiana de E. Patlagean (pp. 7-10 e 74-6), a variedade muito particular de marxismo de G. E. M. de Ste. Croix (pp. 46-7) ou o catastrofismo da visão de R. MacMullen sobre o Império Tardio (pp. 82-3). O maior e mais salutar dos méritos de Peter Brown neste livro é precisamente o de estimular o debate e de permitir uma reflexão instigante sobre os próprios fundamentos da história e da historiografia da Antigüidade Tardia.